

1           **CONSELHO DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CGPC**

2  
3                           **EXTRATO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

4  
5                                   **Em 25 de fevereiro de 2008**

6   Aos 25 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às 10 horas, na sala de  
7   reuniões do 9º andar do Edifício-sede do Ministério da Previdência Social, foi realizada  
8   a centésima quarta Reunião Ordinária do Conselho de Gestão da Previdência  
9   Complementar - CGPC. Iniciada a reunião, foi exposta a minuta com proposta para a  
10  constituição da Comissão Temática encarregada de revisar o Plano de Contas –  
11  conjunto de normas gerais que regulam os procedimentos contábeis das entidades  
12  fechadas de previdência complementar. Ressaltou-se que tal medida é primordial, uma  
13  vez que a legislação atual que regula essa matéria, de 2002, não acompanhou o  
14  desenvolvimento recente da previdência complementar. Nesse sentido, o Plano de  
15  Contas deveria buscar aumentar a transparência das operações realizadas pelos fundos  
16  de pensão, no âmbito de cada plano de benefícios. Enfatizou-se, ainda, a importância,  
17  em termos de legislação, que deve ser conferida à questão das despesas administrativas,  
18  cujo regulamento foi disciplinado em 1978, não refletindo, portanto, a realidade atual  
19  dos fundos de pensão. Destacou-se, também, a relevância de se regular os artigos 20 e  
20  21 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, para lidar com a situação de  
21  superávit dos planos de benefícios, em decorrência do quadro econômico. Acentuou-se,  
22  ademais, a necessidade de atentar para os temas da Educação Financeira, da  
23  Certificação de Dirigentes e da Supervisão Baseada em Riscos. Em seqüência, a minuta  
24  de portaria referente ao Plano de Contas foi debatida e aprovada por todos os  
25  Conselheiros. A ata da 103ª Reunião Ordinária foi aprovada. Passou-se ao julgamento  
26  dos recursos. Após leitura de relatórios, votos e sustentações orais, os resultados dos  
27  julgamentos foram: três recursos sobrestados a pedido do Conselheiro-Relator, dois  
28  recursos com empate de votos, um recurso sobrestado para esclarecimento jurídico, e  
29  dois recursos com pedido de vista. Findo o julgamento dos recursos, concedeu-se a  
30  palavra aos Senhores Conselheiros e, não havendo quem dela quisesse fazer uso,  
31  declarou-se encerrada a reunião. Brasília, 25 de fevereiro de 2008.